

A SEGURANÇA DO JAPÃO E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

*Paulo Daniel Watanabe*¹

Resumo: Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a temática da Segurança e da Defesa do Japão vem sendo tratada como uma continuação natural da Política Externa dos Estados Unidos da América. Por mais que se afirme que o Japão, desde a retomada de sua soberania, na década de 1950, tenha exercido sua Política Externa e de Defesa com alguma autonomia, Washington sempre esteve presente, muitas vezes justificando-se com o conflituoso sistema internacional. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria era o principal motivo para que os Estados Unidos da América participassem, quase que sós, da proteção do arquipélago. Atualmente, o país ainda é proibido constitucionalmente de possuir Forças Armadas convencionais, obrigando-se a delegar essa missão aos Estados Unidos, que possuem bases militares na ilha de Okinawa. Os impactos negativos dessa política já são percebidos pelo Japão, principalmente por meio das ameaças constantes da Coreia do Norte e do crescimento econômico e militar chinês. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, novos líderes de governo vêm buscando menor dependência militar dos Estados Unidos. Washington não abandonará sua política regional, conforme provou a queda do primeiro-ministro Hatoyama Yukio. Para alguns autores, o Japão deve, de forma independente, deter meios dissuasivos para garantir sua integridade e segurança em um ambiente ainda hostil moldado pelos desastres da era imperialista nipônica. Esse artigo pretende analisar a evolução da política de defesa do Japão, desde a ocupação dos Aliados.

Palavras-chave: Japão; Estados Unidos; Doutrina Yoshida; Segurança; Política de Defesa.

Abstract: Since the end of World War II, the issues regarding Japan's security and defense have been discussed as a natural continuation of the American Foreign Policy. Although Japan is said to decide its own foreign policy by itself after getting back its sovereignty in the 50's, Washington has always been deciding along with Japan and justifying its acts on the conflicting international system. At the end of World War II, the Cold War was the main reason for the USA to take part almost by itself

1. Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Bolsista FAPESP.

in the protection of the Japanese archipelago. Nowadays, Japan is still constitutionally prohibited from maintaining conventional armed forces having to delegate this mission to the USA, which has military bases on Okinawa Island. The negative impacts of this policy are already felt by Japan, especially under the constant threats from North Korea and the military and economic growth of China. After the attacks of September 11th 2001, new government leaders have been trying to make Japan less dependent on the USA. Washington will not abandon its regional policy, as shown by Prime Minister Hatoyama's fall. For some authors, Japan must have independent deterrence ways to guarantee its security and integrity in a still hostile environment shaped by the disasters of Japan's imperialist era. This article intends to analyze the evolution of Japan's defense policy since the occupation of the Allied Powers.

Keywords: Japan; United States of America; Yoshida Doctrine; Security; Defense Policy.

1. Introdução

Desde a Guerra da Coreia no início da década de 1950, a região asiática vem vivenciando momentos de turbulências no que se refere a sua estabilidade política e militar. Poucos foram os intervalos de estabilidade, que se tornaram escassos ao longo da última década. O crescimento militar e econômico da China nuclear, o esforço russo em reconquistar de fato seu espaço como grande potência na política internacional, a proliferação nuclear entre pequenos Estados, incluindo as constantes ameaças nucleares da Coreia do Norte ilustram o conflituoso sistema asiático em que está inserido o Japão.

A região evoluiu economicamente e militarmente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Novos poderes emergiram, portando novas tecnologias bélicas, inclusive a nuclear. Aparentemente imobilizado por sua Constituição, o Japão também evoluiu no que se refere à sua segurança. A atual questão da Segurança e da Defesa do Japão tem sua origem no pós-Segunda Guerra Mundial.

Ao ser atacado por duas bombas nucleares jamais vistas, o país foi obrigado a render-se. Após alguns dias da comunicação oficial da derrota feita pelo Imperador, os Aliados iniciaram a ocupação no território nipônico.

Os principais objetivos da ocupação dos Aliados eram desmilitarizar e democratizar o Japão, para que nunca mais voltasse a ser uma ameaça a outros Estados. Para esse fim, uma nova Constituição foi redigida e adotada, originalmente no idioma inglês. Com a Constituição de 1947, mais precisamente o Artigo 9º (“Da renúncia à guerra”), o Japão encontra-se proibido de possuir Forças Armadas ofensivas, ou com “potenciais beligerantes”, o que o caracteriza na literatura corrente como “Estado anormal” Por meio desse documento, o arquipélago renuncia seu direito à beligerância.

Sinceramente aspirantes a uma paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo do Japão renuncia **para sempre** a guerra como um direito soberano da Nação e a ameaça ou uso da força como meio de resolução dos litígios internacionais.

A fim de concretizar o objetivo do parágrafo precedente, as forças terrestres, marítimas e aéreas, bem como qualquer outro potencial de guerra, **nunca** serão mantidas. O direito de beligerância do Estado não será reconhecido. (Tradução do autor)

Com grande pressão vinda dos Aliados por mudanças radicais na estrutura política do país, houve consenso político em relação à adoção da Constituição. Todavia, a aceitação da Constituição e de suas limitações pode ser entendida por meio de uma política desenvolvimentista formulada por Yoshida Shigeru, terceiro Primeiro-Ministro na sucessão do pós-guerra. Yoshida foi conhecido por formular uma política baseada em grande parte no desenvolvimento e na reestruturação econômica do país, aceitando, quase que livremente, a subordinação aos Estados Unidos. A segurança do arquipélago ficaria sob responsabilidade dos Estados Unidos unicamente. Mais tarde, a política de Yoshida ficou conhecida entre os estudiosos como “Doutrina Yoshida”, vista sua grande importância que teve à reinserção internacional do arquipélago. Dessa maneira, em 1951, ao negociar o fim da ocupação dos Aliados, o país iniciou uma frutífera parceria com os Estados Unidos da América, país que havia sido responsável pela organização interna e pela integridade do território durante a ocupação. Essa parceria é mantida até hoje, com o mesmo grau de importância aos dois Estados. Entretanto, pode ser entendida, nos dias atuais, como um fardo ao Japão, referindo-se à atual situação da segurança do arquipélago.

Pode-se afirmar que a Constituição Japonesa da Paz, em vigor desde 1947, é o elemento central da política de defesa do Japão, cujas medidas refletem diretamente na estabilidade regional, ratificando a importância que a redefinição dessa política possui no sistema regional atual. É importante destacar que a Constituição sofreu diferentes interpretações ao longo da Guerra Fria, e mesmo hoje em dia, podem-se criar novas abordagens e interpretações que permitam mudanças drásticas na política de defesa do arquipélago. A projeção militar do país depende dela e de suas interpretações, que mudaram com o tempo, muitas vezes, fazendo da Política de Defesa do país uma política de governo e não de Estado. O resultado disso foi, ao longo da história, uma maior liberalização do significado de “capacidade de autodefesa” e “capacidade ofensiva” O que era caracterizado como ofensivo para um governo, poderia ser caracterizado como defensivo para outro (COONEY, 2006, p. 34).

Desde o fim da Guerra Fria, a segurança do país é marcada por dúvidas e incertezas. Se antes, durante a bipolaridade, os Estados Unidos viam no Japão um aliado e um porto seguro para suas bases militares, atualmente, essa noção se torna cada vez mais fraca, quiçá inexistente. Como consequência das disputas ideológicas no contexto bipolar, a Revolução Chinesa e a Guerra das Coreias dividiram a região em dois pólos, o que alterou a política dos EUA na região. Por esse motivo, os EUA centralizaram suas atenções especialmente no Japão. Washington acabou

vendo o arquipélago como parte central de sua doutrina de contenção, uma vez que a China continental, por causa da revolução de 1949, estava fora da influência norte-americana.

Tendo mencionado os fatos acima, as questões que ficam pendentes são: Por que o Japão “terceiriza” sua defesa? O que garante a proteção vinda dos EUA? Não há mais ameaças concretas aos Estados Unidos, e nem ao modelo capitalista. Por que devem garantir a segurança do Japão?

2. Origens da atual política

Não seria incorreto afirmar que a Doutrina Yoshida foi responsável por reinserir devidamente o Japão nas relações internacionais. Yoshida Shigeru foi o primeiro-ministro (1946-1947 e 1948-1954) que acreditava e defendia que a nova Constituição e, principalmente, o Artigo 9º poderiam ser utilizados a favor do Japão (COONEY, 2006, p.36).

Yoshida Shigeru se destacou pela boa relação com o General Douglas MacArthur, o então Comandante Supremo das Forças Aliadas (norte-americano), responsável pela Ocupação (FINN, 1991). Os principais pontos da Doutrina Yoshida, colocada plenamente em prática a partir da década de 50, foram: 1) A recuperação econômica deve ser o primeiro objetivo nacional (cooperação político-econômica com os EUA era necessária para esse propósito); 2) o Japão deveria continuar “suavemente” armado e evitar envolvimento em assuntos político-estratégicos. As Forças de Autodefesa não iriam ser enviadas ao exterior, e o Japão não iria participar de missões de defesa coletiva; 3) Para garantir sua segurança a longo prazo, o país iria ceder seu território para bases às Forças Armadas aos EUA (PYLE, 2007, p. 242).

Basicamente, com a presença dos EUA e de seu guarda-chuva nuclear, o Japão não precisaria investir muito dinheiro em sua defesa, estando livre para empenhar-se quase totalmente na sua reestruturação econômica. Os gastos militares poderiam acabar com as reservas necessárias para reconstruir a economia. A Doutrina Yoshida permitiu ao Japão tornar-se um “*free-rider*” (“carona”), vivendo na sombra dos Estados Unidos e de seu guarda-chuva nuclear sem quase nenhum custo. (COONEY, 2006, p. 36)

Na realidade, Yoshida Shigeru descobriu que o Japão não tinha necessidade de esforçar-se para garantir sua segurança no sentido militar. Sob o governo de Yoshida, o Japão buscou seus interesses nacionais e, de forma racional a maximizar seus ganhos, utilizou-se do conflituoso contexto internacional para alcançar seus objetivos. No entanto, segundo o autor Michael Green (2001), na época, a Doutrina Yoshida foi mais um compromisso político que uma doutrina estratégica. Enfim,

Yoshida não tinha muito tempo para formular políticas devido à situação em que se encontrava o Japão.

Yoshida sabia que a barganha estratégica tinha custos e benefícios, e que o Japão não deveria se comprometer incondicionalmente. O grande custo era o dilema do *abandonment* (abandono) e do *entrapment* (cilada). Em suma, *entrapment* (cilada) ocorre quando um Estado é persuadido por seu aliado a entrar em um conflito arriscado ou sem vantagens relativas, ou até absolutas. *Abandonment* (abandono), por outro lado, ocorre quando um Estado abandona seu aliado diante ou próximo de um conflito, por qualquer motivo. Yoshida estava confiante em relação ao *abandonment*, pois sabia que o Japão era um ponto valioso no Leste Asiático. Seu maior medo era o *entrapment*, pois servir de bases às Forças Armadas norte-americanas poderia fazer do Japão um alvo potencial de conflito nuclear ou convencional, ou até os EUA poderiam pressionar o país a ter um papel mais ativo na guerra contra o comunismo, gerando conflitos desastrosos na península da Coreia ou Taiwan (HUGHES, 2004, p. 23). Para isso, Yoshida ratificou o princípio de defesa individual seguido pelo Japão, refutando os interesses norte-americanos de, a partir de 1950, integrar o Japão em um programa de segurança coletiva a ser criada nos moldes da OTAN, onde o país seria obrigado a prestar assistência militar a qualquer aliado dos EUA. Nesse ponto, é possível verificar que, intencionalmente ou não, a aceitação da Constituição rendeu frutos ao Japão: seus interesses estavam protegidos.

A Constituição foi um fator de grande importância à reinserção japonesa. Muitas vezes impediu que o Japão caísse nos *entrapments* (ciladas) dos Estados Unidos. Entretanto, a mesma Constituição impede que o país tenha uma posição mais elevada nas relações internacionais.

3. Relações amigáveis Japão – EUA: um breve histórico

É praticamente consenso que os EUA surgiram, ao fim da Segunda Guerra Mundial, como a grande superpotência imbatível das relações internacionais. O mundo nunca havia visto tal tipo de poder preponderante que os Estados Unidos exerciam no período. Ao contrário das outras potências, o território norte-americano permaneceu intocado pela Guerra, uma vez que foi lutada não somente na Europa, senão também na Ásia e no Oriente Médio. Sete milhões e meio de americanos haviam sido enviados ao exterior, os navios norte-americanos patrulhavam todos os oceanos do mundo, seus cientistas dominavam conhecimentos exclusivos, suas indústrias produziam 40% do total produzido pelo mundo, e sua reserva de ouro contava com 2/3 das reservas mundiais (PYLE, 2007, p. 210).

Diferentemente da Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial deixou dois grandes derrotados incondicionais: primeiramente a Alemanha em

maio de 1945, e depois o Japão, em agosto do mesmo ano. Além disso, houve explosões de duas bombas atômicas, até então nunca vistas pela humanidade. Enfim, além da liderança econômica, os EUA contavam com liderança militar, tecnológica e nuclear.

O que chama atenção, atualmente, é a forte e duradoura relação que o Japão possui com os Estados Unidos. Há quem não entenda como um país pode ser tão próximo daquele que cruelmente o destruiu no passado, utilizando bombas nucleares. As boas relações com os Estados Unidos tiveram início ainda durante a ocupação.

3.1. “Equidistância pragmática”: Japão entre as potências?

Próximo ao fim da ocupação, quando os objetivos iniciais já estavam próximos de serem alcançados, George Kennan, diplomata norte-americano e defensor da Política de Contenção ao comunismo, ao ver a situação do Japão, demonstrou grande receio. Sem um tratado formal, o Japão poderia aliar-se facilmente à URSS. Vistas as suas capacidades produtivas, o arquipélago representava um prêmio para qualquer um dos lados (PYLE, 2007, p. 221).

A essa altura, o Japão desprovido de poder militar, deficiente economicamente, e geograficamente bem localizado (entre as duas potências) poderia exercer facilmente uma política pendular entre os EUA e a URSS. Essa atuação é conhecida na área de Política Externa Brasileira como “equidistância pragmática” (termo cunhado por Gerson Moura ao referir-se à Política Externa de Vargas na década de 1930. Basicamente, significa não aliar-se definitivamente a nenhum dos lados e agir de forma pragmática de acordo com os benefícios que cada lado oferece). Essa possibilidade era temida pelos norte-americanos, que chegaram à conclusão de que o Japão não poderia ter um destino independente. Deveria funcionar como um satélite estadunidense ou soviético (PYLE, 2007, p. 221).

Para Kennan, o propósito da ocupação deveria ser revisado: *“No further reform legislation should be pressed. The emphasis should shift from reform to economic recovery... Precedence should be given... to the task of bringing the Japanese into a position where they would be better able to shoulder the burdens of independence”* (KENNAN *apud* PYLE, 2007, p. 221). Já nessa época, os interesses norte-americanos giravam em torno do papel que o Japão poderia desempenhar no Extremo Oriente.

Os EUA tinham como objetivo [no pós guerra], estabelecer uma estrutura de paz sustentada por uma China unificada, democrática e aliada. Entretanto, Chiang Kai-shek, o líder chinês, apoiado pelos americanos para realizar a reunificação da China, estava sendo superado pelas forças comunistas, perdendo a credibilidade diante dos EUA. A China passou a ser vista como um país fraco e atrasado, e, a partir de 1947,

a política estratégica dos EUA na região asiática passou a ser reconsiderada. Com o afastamento da possibilidade de a China vir a ser a principal aliada americana na região asiática, deixava de ser interessante fazer do Japão um país desmilitarizado e fraco. As circunstâncias estavam alteradas. Era preciso recuperá-lo, tê-lo como aliado, suficientemente forte para dar apoio às iniciativas e interesses americanos na região. Os principais objetivos dos EUA eram equilibrar as relações políticas e desenvolver a economia regional, fatores que deram ao Japão papel de grande importância. (UEHARA, 1995, p. 6 *apud* UEHARA, 2003)

Naturalmente, seria um ato legítimo, caso o Japão decidisse alinhar sua política externa com a soviética após reaver sua soberania. Entretanto, mesmo soberano, o país provavelmente não seria atraído pela URSS. A urgência de um tratado para “amarrar” o Japão pode ser interpretada, hoje em dia, como uma precipitação dos EUA frente à, talvez, superestimada ameaça soviética. Os governantes japoneses tinham plenos conhecimentos em relação aos esforços norte-americanos “pró-Japão” durante a ocupação. Apesar de os EUA serem responsáveis pela destruição total de duas cidades japonesas, o Japão nunca demonstrou oficialmente sentimentos de revolta ou revanchismo.

Inicialmente, antes de o Japão render-se, havia sido acordado que o território nipônico seria dividido entre os aliados vencedores e a China (para evitar temores de uma “invasão branca”), similar à maneira em que a Alemanha foi dividida. Tóquio também seria dividida em zonas separadas. Contudo, ao longo da ocupação, os Estados Unidos negaram e impediram qualquer tentativa de divisão do território japonês. Para Truman, o Japão não deveria seguir os mesmos passos da Alemanha dividida (TAKEMAE, 2002, p. 96).

A URSS e o Reino Unido buscavam incessantemente intervir na ocupação, apesar de a União Soviética ter aceitado a nomeação de um General norte-americano para comandar as Forças Aliadas. MacArthur sempre refutou influências externas, mantendo total controle norte-americano sobre o Japão, principalmente porque a União Soviética procurava restabelecer seu império sobre a região de Hokkaidô (Norte do Japão), confrontando a influência norte-americana na região. Em sua obra, o General Douglas MacArthur explica:

Os russos começaram a causar problemas desde o início. Eles pediram que suas tropas ocupassem Hokkaido, a ilha ao norte do Japão, e ainda, dividir o país em dois. As suas Forças não estariam sob o comando do Comandante Supremo, sendo totalmente independentes. Eu recusei. [...] Ele prosseguiu e afirmou que as Forças Russas iriam entrar com ou sem minha aprovação. Eu respondi afirmando que se um único soldado soviético entrasse no Japão sem minha autorização, eu colocaria de uma vez toda a missão russa, incluindo ele mesmo, na prisão. (MACARTHUR, 1964)

Os aliados, em grande peso a URSS, exigiam também que MacArthur e o Presidente Truman julgassem o Imperador Hirohito, que assumira a responsabili-

dade pela condução do país à guerra, como criminoso de guerra, e o executassem. Truman, ciente da relação que a manutenção do Imperador tinha com o sucesso da ocupação, ignorou todas as demandas dos aliados e o manteve em seu cargo, porém, limitado pela Constituição de 1947

Em relação aos investimentos na economia nipônica, os Estados Unidos perceberam, em 1946, que as condições econômicas do Japão influenciariam o caminho que o país seguiria na Guerra Fria ao aliar-se, podendo ser aos Estados Unidos ou a algum inimigo potencial. Sendo assim, no final da década de 1940, os Estados Unidos criaram políticas econômicas baseadas em nove pontos (*Nine-Point Program*): 1) balanço do orçamento; 2) aumento da eficiência dos impostos coletados; 3) limitar o crédito; 4) controlar salários; 5) controlar preços; 6) controlar o comércio exterior; 7) aumentar exportações; 8) aumentar a produção industrial; 9) aumentar a eficiência do programa de coleta de alimentos. Na década de 50, iniciou-se o Plano Dodge, baseado no Programa de Nove Pontos, sendo uma das mais importantes políticas fiscais e monetárias da história do Japão moderno.

A sociedade e a cultura do Japão eram estruturadas sobre a figura do Imperador. Rebeliões, guerrilhas, atentados etc, seriam esperados, caso o Imperador fosse julgado como criminoso de guerra. MacArthur explica: “Eu achava que se o Imperador fosse acusado, e talvez, enforcado como um criminoso de Guerra, um governo militar deveria ser instituído por todo o país, e provavelmente, um movimento de guerrilha iria estourar.” (MACARTHUR, 1964, p. 330). MacArthur utilizou o imperador para facilitar a ocupação (SUGITA, 2003, p. 12).

O objetivo inicial da ocupação não era reestruturar a economia japonesa, entretanto, a economia nipônica estava arrasada pelos efeitos da guerra e a inflação estava fora de controle. As indústrias, em 1948, não atingiam 1/3 do nível de produção anterior à guerra (SUGITA, 2003, p. 50). O fracasso na recuperação econômica reverteria todo o sucesso da ocupação. Em sua obra (2003), Sugita cita dois principais receios dos Estados Unidos perante o fracasso econômico japonês: 1) as tendências pró-americanas, pró-democráticas, e anti-soviéticas poderiam ser completamente revertidas; 2) perda de confiança do povo japonês na democracia.

Enfim, os bons resultados gerados pelas políticas norte-americanas tinham sempre um objetivo. Isso descaracteriza a ocupação como fruto da hegemonia norte-americana. Os EUA tomaram tais medidas por necessidade, e não por livre opção. Se, em todos os aspectos mencionados, os EUA realmente tivessem um papel hegemônico, estariam aptos a evitar qualquer constrangimento imposto pelo sistema internacional. Isso não ocorreu. Foi uma política de reação, e não de hegemonia. Mesmo assim, o Japão reconhece positivamente a importância dos EUA no pós-guerra.

As chances de o Japão virar-se contra os EUA eram mínimas, pois grande parte do alto desenvolvimento econômico era atrelada às políticas norte-ameri-

canas, como a Guerra da Coreia, quando grandes fluxos de dinheiro entraram na economia japonesa. Os EUA, caso suspeitassem de qualquer tipo de conspiração, poderiam prolongar a ocupação para evitar qualquer relacionamento externo do Japão. Além disso, os governantes japoneses, assim como o Imperador tinham cultivado, durante a ocupação, grande consideração pelos norte-americanos. Ainda em 1946, o Primeiro-ministro Suzuki publicou no jornal local que estava feliz com o progresso da ocupação, pois ele e o Imperador estavam confiantes de que o General MacArthur seria justo (FINN, 1991, p. 134). Com o fim da ocupação, o Japão sai conscientemente “americanizado”

A relação entre Japão e os EUA é a peça fundamental da Política Externa Japonesa. Não seria exagero dizer que o Japão não poderia alcançar sua prosperidade pós-guerra se não fosse pelo bondoso apoio dos Estados Unidos. Os Estados Unidos também fizeram grandes sacrifícios para preservar a paz no pós-guerra. Ainda hoje enfrentam problemas, e cabe ao Japão fazer qualquer e todo esforço na cooperação a fim de superar esses problemas. (PRIMEIRO-MINISTRO MIYAZAWA, 1992).

3.2. “Americanizado”: fim da ocupação e crescimento econômico

Conforme visto anteriormente, a Guerra da Coreia foi um grande impulsor dos fluxos de ajudas ao Japão. Com a Guerra Fria em cena, Washington acabou vendo o Japão como parte central de sua doutrina de contenção.

Com isso, líderes políticos japoneses tiveram que organizar-se para decidir uma política, mesmo que sob ocupação. Yoshida, sabendo da importância do Japão no âmbito da bipolaridade, decidiu negociar o fim da ocupação e a restauração da soberania japonesa. *“He reasoned that Japan could make minimal concessions of passive cooperation with the United States in return for an early end to the Occupation, a long-term guarantee of Japan’s national security, and an opportunity to concentrate on all-out economic recovery.”* (PYLE, 2007, p. 229)

Os acordos que iniciaram as relações Japão-EUA na década de 1950 foram o Acordo de Paz de São Francisco e o Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA, ambos assinados em 1951. O Acordo de São Francisco, assinado em oito de setembro de 1951, devolveu ao Japão a sua soberania, ato influenciado pelos EUA, “que desejavam tê-lo como um país soberano e parceiro para a manutenção da paz e desenvolvimento econômico da Ásia-Pacífico.” (UEHARA, 2003, p. 81)

Após a assinatura do Acordo de São Francisco, o Japão assinou um Acordo de Segurança Mútua com os Estados Unidos que foi claramente desigual (PYLE, 2007, p. 234). Esse tratado inicial preservava diversas políticas exercidas durante a ocupação. Por tempo indefinido, o Japão serviria de bases para os EUA como um satélite militar. Além disso, o que gerou muitas desordens internas foi o fato

de que os EUA teriam o direito de intervir internamente em qualquer momento, e ainda teriam o direito de utilizar seu poder militar a partir das bases em território nipônico contra qualquer Estado sem consultar o governo japonês. Ao mesmo tempo, o arquipélago seria protegido pelos EUA e se beneficiaria da dissuasão (nuclear) estendida norte-americana. Após o tratado, houve intensa pressão dos EUA para o Japão remilitarizar-se e assim, participar de forma mais ativa na aliança.

A pressão exercida pelos norte-americanos fez com que o Congresso norte-americano aprovasse, pouco depois, um novo tratado, o MSA – *Mutual Security Assistance* que foi designado a consolidar o sistema de aliança americano por meio do fornecimento de armas e equipamentos. Através do MSA, os EUA ofereceram ajuda financeira para o Japão expandir suas Forças de Segurança Nacional de 110 mil homens para um exército de 350 mil homens (PYLE, 2007, p. 234). Isso fez com que Yoshida adotasse novamente a política de crescimento econômico. Para Yoshida, essa pressão era uma oportunidade ao comércio do Japão, porém ceder aos interesses americanos de militarização poderia criar a possibilidade de ter que enviar suas tropas ao exterior.

Yoshida sabia que o Japão precisava dessa ajuda financeira e não a negou. Os líderes das grandes empresas junto ao Ministério de Comércio Internacional e Indústria (MITI) acharam a solução para esse dilema na criação de indústrias exportadoras de armamentos: ao mesmo tempo em que estariam “fazendo sua parte” na aliança, estariam faturando e fazendo sua economia crescer (PYLE, 2007). Dessa maneira, Yoshida assegurava que novas tecnologias iriam chegar ao Japão, especialmente através da co-produção de armas norte-americanas.

É importante lembrar que ao longo da década de 40, a balança comercial (EUA-Japão) era negativa ao lado do Japão, porém durante a Guerra da Coreia, os EUA começaram a depender do suprimento logístico japonês. Os fluxos vindos dos EUA eram provenientes de “compras de equipamentos para as Forças Armadas americanas no Extremo Oriente, do pagamento aos funcionários japoneses empregados pelo Exército dos EUA no Japão, e dos gastos realizados pelos soldados, civis e contratos de curto prazo.” (ALLEN, 1981: 242 *apud* UEHARA, 2003). Se o Japão não tivesse construído essa parceria militar-industrial com os EUA, não haveria nenhum milagre japonês. (NAGAI *apud* PYLE, 2007, p. 235)

Em 1954, Yoshida criou a Agência de Defesa, responsabilizando-se pelas Forças de Autodefesa terrestres, aéreas e navais com 152 mil homens no total, menos da metade do que haviam proposto os EUA. Em dezembro de 1954, quando Yoshida saiu do poder devido a pressões da oposição, liderada por nacionalistas que criticavam as políticas voltadas à economia e à sua negação à criação de uma política externa dependente. O novo governo dos conservadores veio com idéias de revisar a Constituição, rearmar o país e negociar um tratado de segurança mais igualitário com os EUA, a fim de tornar o país mais autônomo e independente (PYLE, 2007, p. 237).

Com um Partido Socialista no poder, finalmente os EUA conseguiriam fazer do Japão um Estado militarizado, porém suspeitavam da independência do Japão. No meio da década de 50, o Partido Socialista do Japão estava voltado à defesa ideológica da Constituição e uma política externa neutra (PYLE, 2007, p. 237). Entretanto, os conservadores não conseguiram apoio na Dieta (parlamento) para mudar a Constituição.

O que os conservadores conseguiram foi revisar o Tratado de Segurança Japão-EUA. Kishi Nobusuke, o primeiro-ministro de 1957 até 1960, queria eliminar os aspectos desiguais, incluindo a permissão dos EUA de intervirem na política nacional japonesa quando quisessem. Uma das mudanças que queria era uma garantia explícita de que os EUA iriam proteger o Japão em caso de ataques. Isso gerou uma das maiores revoltas públicas da história japonesa (PYLE, 2007, p. 238), pois o sentimento a favor do rearmamento estava se dando através de questionamentos em relação à segurança do arquipélago e ao comprometimento norte-americano. Essa revolta pública mostrou o quanto a Doutrina Yoshida era apoiada pelo povo japonês. Pelas próximas duas décadas, os governantes evitaram questionar o rearmamento japonês, a fim de evitar novos debates e enfraquecimentos políticos.

Em relação à parceria Japão-EUA, Uehara (2003) denomina-a como “Bilateralismo dominante”, porém explica que a atitude passiva do Japão para com os EUA é importante para a sua segurança e é um fator de estabilidade regional.

[...] se por um lado essa relação é vista como limitadora de uma ampliação do desempenho japonês em termos de política externa, de outro, tanto os defensores de um Japão “Potência Civil Afirmativa” como os defensores do “Estado normal”, admitem que a continuidade do relacionamento nipo-americano seja um pilar importante à segurança japonesa. [...] A presença das forças norte-americanas na região é o elemento estabilizador que, ao mesmo tempo, garante a defesa do Japão e propicia aos países vizinhos maior tranquilidade, na medida em que tal presença elimina a necessidade japonesa de se tornar uma potência militar, trazendo consigo o fantasma da política expansionista do passado. (UEHARA, 2003, 142)

3.3. Fim da Guerra Fria até os dias de hoje: ainda “americanizado”

Com o fim da Guerra Fria e, principalmente, com os ataques de 11 de setembro de 2001, o Japão começou a perceber que suas políticas de defesa e de segurança não se encaixam mais no atual sistema. Com o final da ameaça soviética, os comprometimentos norte-americanos para com a segurança japonesa possuem cada vez menos força. A China, potência nuclear desde 1964, e a Coreia do Norte, que desde o início da década vem realizando testes nucleares, pressionam o Japão para que mude sua política de defesa.

Na década de 70, uma frase era conhecida entre os políticos e acadêmicos japoneses em relação ao comprometimento norte-americano para com a segurança do arquipélago: “É como a Bíblia. Você pode conhecer todas as palavras nela e acreditar que são verdadeiras, mas você pode garantir a sua salvação?” Após os ataques de 11 de setembro, o Japão sentiu a necessidade de mudança em sua política de defesa. O Primeiro-Ministro Koizumi Junichiro (2001-2006) desempenhou um papel essencial para o desenvolvimento das Forças de Autodefesa. Com seus discursos e alertas de ameaças, os projetos antiterroristas de 2001 viraram leis em menos de um mês.

No que diz respeito à relação com os EUA, Koizumi sempre procurou a cooperação, fortalecendo a relação e dando uma nova imagem ao Japão, que havia sido “manchada” durante a Guerra do Golfo, quando o arquipélago se dizia proibido de enviar tropas por causa de sua Constituição, e em troca, oferecia ajuda financeira, cujo valor aumentava cada vez que a pressão internacional crescia sobre o país. Yukio Okamoto, ex-assessor diplomático de Koizumi e presidente da empresa de consultoria Okamoto Associates Inc, acredita que o Japão deva sempre mostrar interesse nas preocupações americanas, como o terrorismo ou o “eixo do mal”. Não mostrar apoio aos EUA pode reputar o Japão como aliado irresponsável e indisposto, o que pode ameaçar as esperanças japonesas por paz e segurança em longo prazo (OKAMOTO, 2008).

Depois que a ameaça soviética havia acabado, o Japão começou a enfrentar uma ameaça crescente da China e da Coreia do Norte, o que pode ser considerado um problema de segurança regional. Para garantir sua própria segurança o Japão deve ter um papel mais importante no relacionamento com os Estados Unidos. (SHINODA, 2007, p. 9)

Por outro lado, segundo o ex-presidente do *Japan Institute of International Affairs*, Yukio Satoh, os japoneses são sensíveis a qualquer sinal de incertezas quanto à dissuasão estendida dos EUA. Isso explica a construção do Escudo Antimíssil juntamente com os EUA. Mesmo que o sistema deva melhorar muito para ser confiável, foi desenvolvido para ser uma defesa a mais contra a Coreia do Norte, se eventualmente a dissuasão não funcionar (SATO, 2009).

Conforme dito anteriormente, as interpretações em torno da Constituição mudaram a cada governo. O que era inconstitucional, como Forças de Autodefesa, hoje é permitido. A Agência de Defesa, criada em 1954, foi transformada em Ministério da Defesa em 2007. Atualmente, as Forças de Autodefesa são tecnicamente capazes de neutralizar qualquer ameaça convencional, entretanto, as ameaças nucleares são “neutralizadas” pela dissuasão estendida norte-americana.

O interesse norte-americano em manter bases militares no Japão, além de ser visto como uma forma de manter sua influência na Ásia, pode ser visto como

uma medida preventiva que evite a instabilidade regional, que pode ser custosa à Washington, vista a dificuldade em resolver os problemas com a Coreia do Norte. O Japão, por sua vez, vem buscando reformar sua política de defesa, significando isso, menor dependência dos Estados Unidos. Um Japão reestruturado e com grandes mecanismos militares pode custar caro à região, uma vez que a China, a maior rival do Japão, demonstra crer que o arquipélago não seja capaz de fazer um compromisso pleno com a segurança regional.

No campo das relações internacionais, isso se explica através do Dilema da Segurança: quanto mais um Estado se arma, maior é a ameaça aos outros Estados, que também se armam, criando um ciclo vicioso. Se o Japão realmente se armasse, a China ou outro Estado vizinho iria sentir a ameaça, e uma corrida armamentista se iniciaria ou seria acentuada, gerando altos gastos e reprovações públicas.

Hoje em dia, as ameaças parecem estar mais visíveis. A visita do cientista norte-americano Siegfried S. Hecker à Coreia do Norte em novembro de 2010 relatou a existência de uma suposta nova usina nuclear no país e aumentou a suspeita de que Pyongyang esteja próximo de alcançar seus objetivos no enriquecimento de urânio. Essa notícia gerou um grande impacto ao Japão. O confronto entre as duas Coreias do dia 23 de novembro de 2010 no Mar Amarelo também impactou o país. Após o confronto, o primeiro-ministro japonês, Naoto Kan, pediu a seus ministros que se preparassem para qualquer evento inesperado realizado por Pyongyang. Esse confronto alimenta e aumenta cada vez mais a ameaça que a Coreia do Norte representa na região, principalmente sobre Japão, que divide o posto de principal alvo das ameaças com a Coreia do Sul.

4. Presença dos Estados Unidos da América: bom ou não para o Japão?

O Japão possuiu relações militares próximas com os Estados Unidos desde a década de 1950. Assim, conforme visto, o país dedicou-se a reconstruir sua economia evitando possuir gastos com sua defesa, já que os Estados Unidos tinham interesse em garantir a segurança do arquipélago por causa da Guerra Fria. Nesse sentido, a Doutrina Yoshida funcionou bem. Alcançou os objetivos esperados e trouxe a reconstrução econômica ao país.

Após o fim da União Soviética, novos atores passaram a caracterizar-se como ameaças ao Japão. Um deles é a tradicional rival China, onde ainda existe muita animosidade advinda do período imperialista nipônico. Outro é a Coreia do Norte, que possui tecnologia para ameaçar o Japão com ataques nucleares. Este último faz com que a opinião pública tenha outra visão sobre a Constituição: segundo pesquisa feita pelo jornal Yomiuri Shinbum em abril de 2009, 51% dos entrevistados são a favor de uma reforma constitucional (UEHARA, 2009).

A ameaça atual não é a convencional. É a nuclear. Analistas de relações internacionais, como o norte-americano Kenneth Waltz, acreditam que o Japão deva possuir armas nucleares próprias para garantir sua segurança. O tratado de cooperação militar com os Estados Unidos acabam com qualquer necessidade de desenvolvimento próprio de armas nucleares, entretanto, novos questionamentos surgem quando o assunto é o comprometimento norte-americano. As Forças de Autodefesa já são capazes de defender o país em casos de ataques convencionais, neutralizando-os, todavia, no caso de ameaças nucleares, os Estados Unidos são fundamentais para a segurança do arquipélago.

O maior problema para o Japão é a falta de garantia em relação à sua proteção. A política de defesa do Japão contraria os princípios clássicos de Nicolau Maquiavel, descritos em **O Príncipe**. Maquiavel indica que há diferentes tipos de tropas: as próprias, as mercenárias, as auxiliares e as mistas.

As forças auxiliares, pedidas a um vizinho poderoso como ajuda para defesa do Estado são tão prejudiciais quando as mercenárias, que não dão segurança ao príncipe. Maquiavel comenta: “Quem não quiser fazer conquistas, que se utilize de tais milícias [auxiliares], que são mais perigosas que os mercenários: trazem a ruína completa, uma vez que são unidas e obedientes a outrem.” Em suma, Maquiavel acreditava que nenhum príncipe poderia ter segurança plena sem seu próprio exército (Forças Armadas), pois sem ele, dependeria inteiramente da sorte, sem meios confiáveis de defesa, quando surgissem dificuldades. Maquiavel ainda conclui: “nada é tão fraco e instável quanto a fama de uma potência que não se apóia na própria força.” Com esse simples trecho da clássica obra de Nicolau Maquiavel, é possível perceber que o Japão precisa mudar. Nenhum Estado deve confiar sua segurança a outro Estado. De forma simples e clara, podem-se notar os riscos que o Japão corre ao depender dos EUA.

Todavia, para seus vizinhos, o Japão ainda carrega a imagem negativa da era imperialista. Seu passado ainda gera grandes protestos, principalmente na China, quando os líderes de governo visitam templos que cultuam soldados mortos durante as guerras, como o Templo Yasukuni. Esse sentimento de ameaça mútua entre Japão e China foi, e continua sendo neutralizado com a participação dos EUA na segurança do Japão, mesmo que hoje, o país tenha meios militares convencionais próprios. Sem os Estados Unidos, o Japão talvez não conseguiria atingir seu alto grau de desenvolvimento durante sua reinserção internacional, uma vez que estando o poder bélico do Japão nas mãos dos Estados Unidos, os vizinhos não se preocuparam com uma possível reestruturação militar japonesa.

Atualmente, se o Japão iniciar suas reformas constitucionais e se tornar um Estado normal de fato (com todas suas capacidades bélicas), inclusive com poder nuclear (que é discutido), a região sofrerá grandes impactos, resultando em grandes instabilidades políticas e diplomáticas, gerando até uma possível corrida armamentista, impulsionada pelo Dilema da Segurança, conforme já discutido.

Em relação à Constituição, os defensores do desenvolvimento nuclear bélico afirmam que as armas nucleares não são proibidas, desde que sejam mantidas para fins defensivos: Hughes (2009) afirma que a necessidade de o Japão armar-se nuclearmente é basicamente a questão do *abandonment* (abandono). Waltz (2008) afirma que cada vez mais, o Japão está sendo pressionado para aumentar suas forças convencionais e aderir às nucleares para proteger seus interesses. O motivo é a ameaça vinda de seus vizinhos:

Índia, Paquistão, China e, talvez, Coreia do Norte têm armas nucleares capazes de dissuadir outros Estados a não ameacarem seus interesses vitais. Por quanto tempo o Japão irá continuar convivendo ao lado de outros Estados nucleares, privando-se de capacidades similares? (WALTZ, 2008, p. 219)

A China continua modernizando suas forças nucleares e duvida da credibilidade da dissuasão estendida dos EUA [...]. Analistas japoneses têm se questionado se os Estados Unidos iriam abrir mão de Los Angeles por Tóquio em um confronto nuclear com a Coreia do Norte, e se os Estados Unidos poderiam abandonar o Japão. (HUGHES, 2009)

Ainda, Waltz indica que a probabilidade o Japão e a Alemanha se armarem nuclearmente é alta, pois podem facilmente fazê-lo. “Alguns países irão temer os efeitos, caso a Alemanha ou o Japão se tornem nucleares, mas quem irá pará-los? (WALTZ, 2008, p.182).

Qualquer país no lugar do Japão iria se preocupar com sua segurança, ainda mais porque a China está rapidamente se transformando em uma grande potência em todas as dimensões: economia interna, comércio exterior, e capacidades militares. [...] As inibições nucleares do Japão advindas da Segunda Guerra não irão durar. (WALTZ, 2008, p. 183 e 219).

Os Estados Unidos se mostram contrários a qualquer aprovação japonesa sobre a dependência militar. Em 2006, a Secretária de Estado norte-americana, Condoleeza Rice, garantiu ao Primeiro Ministro Abe que a segurança do Japão era a segurança dos EUA. Entretanto, tendo em vista as ameaças e a possibilidade de abandono, o Japão deve redefinir suas políticas de defesa. Ao mesmo tempo em que a dissuasão estendida dos Estados Unidos não se mostra eficiente ou confiável, a remilitarização do Japão poderá causar grandes distúrbios entre seus parceiros comerciais. O Japão possui duas opções. As duas apresentam riscos.

A dependência militar foi o motivo da renúncia do primeiro-ministro Yukio Hatoyama (Partido Democrata do Japão), em menos de nove meses no poder, no dia 2 de junho de 2010. A independência militar é o primeiro passo para uma possível remilitarização “ofensiva” do arquipélago. Apesar de enfrentar outros grandes problemas de dívida pública e estagnação de sua economia, a principal

promessa eleitoral de Hatoyama era de retirar as bases norte-americanas de Futenma, na ilha de Okinawa, que é próxima à península coreana e à China. Para os norte-americanos, Okinawa tem a localização privilegiada para que os EUA possam intervir em conflitos na península da Coreia, em Taiwan e possivelmente na China, evitando assim, deixar vácuos de poder na região. Um Japão independente e militarizado mudaria o *status quo* regional, gerando altos custos a toda a região, inclusive aos EUA. Nesse sentido, os Estados Unidos são “apaziguadores interessados”

Segundo o ministro de relações exteriores do Japão, Katsuya Okada, a presença das tropas dos Estados Unidos é indispensável à segurança do Japão, à paz e à estabilidade da região no atual momento. Em declaração emitida no dia 28 de maio de 2010 pela Secretária de Estado dos EUA, Hilary Clinton, e pelo Secretário de Defesa dos EUA, Robert M. Gates, em conjunto com o Ministro de Relações Exteriores do Japão, Katsuya Okada, e com o Ministro de Defesa do Japão, Toshimi Kitazawa, aparecem menções à importância do Tratado entre os dois Estados:

No dia 28 de maio de 2010, os membros do Comitê Consultivo de Segurança Japão-Estados Unidos confirmam que no ano do 50º aniversário da assinatura do Tratado de Cooperação e Segurança Mútua, a aliança Japão-Estados Unidos continua indispensável não apenas à defesa do Japão, mas também à paz, à segurança e à prosperidade da região Ásia/Pacífico. Desenvolvimentos recentes no campo da segurança no nordeste da Ásia ratificaram a importância da aliança. Nesse contexto, os Estados Unidos reiteram seu compromisso inabalável à segurança do Japão. O Japão ratifica seu compromisso em atuar de forma positiva na contribuição à paz e à estabilidade da região. Além disso, os membros do CCS reconhecem que a presença das forças militares norte-americanas no Japão, incluindo em Okinawa, fornece a dissuasão e as capacidades necessárias para a defesa do Japão e para a manutenção da estabilidade regional.

5. Considerações finais

As relações entre o Japão e os Estados Unidos no que se refere à segurança do Japão já se encontram sólidas e consolidadas, por isso, são aparentemente intocáveis. Durante a Guerra Fria (pós-ocupação), a presença dos EUA foi importante para a reinserção do Japão no sistema internacional. Após a queda do Muro de Berlim, não há mais incentivos reais, imediatos e concretos para Washington garantir a segurança do arquipélago, entretanto, a sua presença é fundamental para a estabilidade atual da região.

A Doutrina Yoshida, que trouxe inúmeros ganhos ao Japão, ainda encontrará resistências internas e externas para ser descartada. Há mais de 60 anos, o país vem seguindo uma única linha de política de defesa. Washington não irá desistir facilmente de suas bases no Japão, ainda considerado um ponto fundamental

para a influência norte-americana na região asiática, além de ser um ponto de neutralização de inimizades regionais. Para o Japão, a presença dos EUA na sua segurança possui vantagens e desvantagens: a vantagem seria continuar sua política pacífica, sem precisar desenvolver suas Forças Armadas ofensivamente, evitando criar problemas com seus vizinhos e parceiros comerciais, mantendo a estabilidade regional. A desvantagem é a submissão aos Estados Unidos, estando sujeito às suas políticas, conforme explica Carl Schmitt em sua máxima *protego ergo obligeo* (protejo, logo obrigo), onde o Japão é um mero receptor da política externa norte-americana.

É possível afirmar que os EUA possuem um papel central na política de defesa do Japão. As Forças de Autodefesa ainda não são totalmente eficientes para dissuadir incansáveis inimigos e rivais. A presença dos EUA durante todo o período pós-guerra serviu para inserir o Japão de volta ao sistema internacional. Como visto, renovaram o cenário político interno, impediram novos conflitos com outros Estados, reanimaram a economia japonesa, que passava por uma série crise etc. Apesar de serem, na maior parte, reações sistêmicas, não é possível contar a história do Japão sem citar os EUA, principalmente no âmbito da Segurança, após a Guerra Fria, pois a única proteção que o Japão possui contra as constantes ameaças nucleares são os EUA. Isso só vai mudar quando e se o país decidir quebrar essa tradição e adaptar sua política de defesa ao atual e real contexto internacional.

6. Referências Bibliográficas

- BERGER, Thomas; MOCHIZUKI, Mike; TSUCHIYAMA, Jistuo. **Japan in International Politics: the Foreign Policies of an Adaptive State**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2007.
- CLINTON; GATES; OKADA; KITAZAWA. Joint Statement of the U.S.-Japan Security Consultative Committee. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/security/scc/joint1005.html>. Acesso em 03/06/2010.
- COONEY, Kevin. **Japan's Foreign Policy since 1945**. Nova York: M.E. Sharpe, 2006.
- DRIFTE, Reinhard. **Japan's Foreign Policy for the 21st Century: from economic Superpower to what Power?** Nova York: St. Martin's Press, 1998.
- _____. **Japan's Security Relations with China Since 1989: from Balancing to Bandwagoning?** New York: Routledge, 2003.
- FINN, Richard. **Winners in Peace: MacArthur, Yoshida, and Postwar Japan**. Los Angeles: University of California Press, 1995.
- MIYAZAWA, Kiichi. **Policy Speech by Prime Minister Kiichi Miyazawa to the 123rd Session of the National Diet**. Tóquio: Dieta, 24 de janeiro de 1992. Discurso proferido à 123ª Sessão da Dieta Nacional.
- HUGHES, C. **Japan's Re-emergence as a 'Normal' Military Power**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

- _____. **Japan's Remilitarisation**. Londres: Routledge, 2009.
- JAPÃO. Constituição (1946). **The Constitution of Japan**: promulgada em 03 de novembro de 1946.
- KENNEDY, David m. **Freedom from Fear: The American People in Depression and War: 1929-1945**. New York: Oxford University Press, 1999.
- KENNEDY, P. **The Rise and Fall of the Great Powers**. New York: Random House, 1989.
- KLIMAN, Daniel. **Japan's Security Strategy in the Post-9/11 World: Embracing a New Realpolitik**. Washington: Praeger, 2006.
- MACARTHUR, Douglas. **Reminiscences**. Nova Iorque: Ed. McGraw-Hill, 1964.
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- OKAMOTO, Yukio. Japan Needs to Talk About What it Will Do for Itself. **AJISS-Comentary**, No.49, 22 October 2008.
- PYLE, Kenneth B. **Japan Rising: the Resurgence of Japanese Power and Purpose**. Nova York: Public Affairs, 2007.
- SAGAN, Scott; WALTZ, Kenneth. **The Spread of Nuclear Weapons: a Debate Renewed**. New York: Norton, 2002.
- SAMUELS, Richard. **Securing Japan: Tokyo's Grand Strategy and the Future of East Asia**. Cornell University Press, 2007.
- SATOH, Yukio. Reinforcing American Extended Deterrence for Japan: an Essential Step for Nuclear Disarmament. **AJISS-Comentary**. No. 57, 3 February 2009.
- SHINODA, Tomohito. **Koizumi Diplomacy: Japan's Kantei Approach to Foreign and Defense Affairs**. Seattle: Washington Press. 2007.
- SUGITA, 2003, Yoneyuki. **Pitfall or Panacea: The Irony of US Power in Occupied Japan: 1945-1952**. Nova York: Routledge. 2003.
- TAKEMAE, Eiji. **The Allied Occupation of Japan**. Nova York: Continuum. 2002.
- UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A Política Externa do Japão no Final do Século XX: O que Faltou?** São Paulo: Annablume, 2003.
- _____. **Coréia do Norte Estimula Políticas de Defesa no Japão. Panorama da Conjuntura Internacional**. No. 41. Maio/junho 2009. Disponível em: <http://www.iri.usp.br/panorama/Panorama41port.pdf> . Acesso em 03/06/2010.
- WALTZ, Kenneth. **Realism and International Politics**. Nova York: Routledge, 2008.